

AS RELAÇÕES LINGÜÍSTICO-DISCURSIVAS NO ESPAÇO DE INTERLOCUÇÃO DE *SUIGENERIS* *

Graziela Zanin Kronka **

RESUMO: Neste artigo, propomos analisar o espaço de interlocução instaurado por *SuiGeneris*, uma publicação da imprensa especializada, que privilegia a temática homossexual. O intuito é observar quando (e como) seu funcionamento discursivo tem-na caracterizado mais no sentido de restringir o público e o alcance das discussões (o que a caracterizaria como uma publicação para um público determinado), e quando (e como) tem-na caracterizado mais no sentido de ampliar o público e o alcance das discussões (o que a caracterizaria como uma revista sobre assuntos específicos destinada a qualquer público, não instaurando, assim, interlocução exclusiva com leitores homossexuais).

PALAVRAS-CHAVE: imprensa especializada; discurso homossexual; interlocução discursiva; informatividade.

As discussões deste artigo são provenientes de uma discussão maior realizada na dissertação de mestrado, intitulada *A homossexualidade nas bancas de jornal: a enunciação do "assumir-se" homossexual na imprensa especializada*, que defendemos, em julho de 2000, no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. Na dissertação, propusemos a caracterizar a Semântica Global (cf. Maingueneau, 1984) da revista *SuiGeneris*. Esta concepção postula a existência de conjuntos de traços semânticos que permitem produzir enunciados referentes a um dado discurso e trata da descrição do sistema de restrições a que todo discurso é submetido. A este sistema de restrições, que determina o conjunto de enunciados dizíveis por quem se encontra no interior do discurso, estão submetidos, igualmente, todos os planos da discursividade. Os aspectos que abordaremos neste artigo estão ligados, portanto, ao núcleo semântico que rege a enunciação da revista, juntamente com outros aspectos, tais como o estabelecimento de seu adversário discursivo (cf. Kronka, 2000).

** Mestre pelo Instituto de Estudos da Linguagem – IEL/Unicamp.

O crescimento do mercado editorial de publicações especializadas possibilita o surgimento de discussões a respeito dos propósitos de tais publicações. Há quem defenda a idéia de que a consolidação do jornalismo especializado no mercado editorial tem uma relação direta (até exclusiva) com a busca aberta de novos mercados. Acreditamos, no entanto, que as publicações dirigidas a segmentos sociais determinados, além de se constituírem produtos vendáveis no mercado editorial, podem estar contribuindo para suscitar discussões relativas aos interesses políticos do público específico ao qual se dirigem. Por esse motivo, optamos por estudar um segmento desse mercado editorial especializado, analisando como a imprensa dirigida ao público homossexual tem se posicionado tanto em relação ao mercado editorial quanto em relação à luta política deste grupo (principalmente no que diz respeito às reivindicações por visibilidade). Optamos por estudar a revista *SuiGeneris*,¹ por ser a primeira publicação especializada, com caráter comercial, ou seja, sem ligação com grupos organizados, a surgir no mercado editorial jornalístico, nos anos 90, com ênfase na temática homossexual.

A fim de realizarmos uma leitura reflexiva do discurso homossexual tal como é propagado por *SuiGeneris*, adotamos teorias da chamada escola francesa da Análise do Discurso, sobretudo os estudos de Maingueneau (1984, 1996) sobre *interdiscursividade*. Recorremos também a algumas noções da Lingüística Textual – em especial, estudos de Koch e Travaglia (1989) e Costa Val (1994) sobre a *informatividade* – para suprir lacunas que as teorias da Análise do Discurso não nos permitiram preencher.

Um dos aspectos que privilegiamos na análise do comportamento discursivo da revista, e que será discutido neste artigo, é a caracterização do espaço de interlocução proposto por *SuiGeneris*. Duas hipóteses orientam os resultados em relação a este primeiro aspecto: o

¹ Publicação da SG Press, que circulou no mercado editorial jornalístico de janeiro de 1995 a março de 2000.

espaço de interlocução (a) ora caracteriza a revista como uma publicação *para* um público específico (fato que delimita os leitores e privilegia o interesse mercadológico); (b) ora a caracteriza como uma publicação *sobre* assuntos específicos de determinado grupo para qualquer público em potencial (fato que amplia o universo dos leitores e, portanto, o alcance da visibilidade das questões homossexuais). Observaremos se o funcionamento da revista, enquanto publicação especializada, tem-na caracterizado mais no sentido de delimitar o público, dificultando o alcance das discussões, ou se está mais dirigido a ampliar o público e, conseqüentemente, o alcance das discussões.

Não é objetivo deste trabalho realizar uma análise a fim de caracterizar os protagonistas da atividade interlocutiva/discursiva. Pretendemos, na verdade, observar como o possível leitor da revista é construído (ou imaginado). A interlocução é considerada, aqui, antes como uma atividade discursiva do que como uma interação entre indivíduos empíricos.

Consideramos a maneira como a revista constrói discursivamente a imagem de seu leitor, especialmente no que diz respeito à sua orientação sexual.² Ao contrário da idéia corrente segundo a qual uma publicação homossexual (e qualquer publicação especializada) deve-

² Gostaríamos de esclarecer que, ao considerarmos a delimitação do público, estamos nos referindo ao aspecto da orientação sexual, pois é a partir deste aspecto que as publicações homossexuais são consideradas e caracterizadas como tais. O termo "orientação homossexual" começou a ser utilizado e propagado pelo movimento organizado como forma de assumir uma postura frente às manifestações da sexualidade que diferissem das concepções que explicam a homossexualidade como "opção/escolha/preferência sexual", como "determinação genética/biológica", como "determinação sócio-histórica", como "doença ou distúrbio", ou ainda, como "pecado ou perversão". Câmara (1998:8) explica que "orientação sexual é uma expressão [...] que indica uma referência identitária e/ou um modo de vida diretamente associado à sexualidade.[...] É apreendida antes de mais nada como um desejo individual". Para a autora a "orientação sexual retrata o lugar que o movimento ocupa e o diálogo que estabelece com seus interlocutores/opositores" (Câmara, 1998:15). Tal expressão é dotada de um caráter genérico que procura abrir "o diálogo do movimento de gays e lésbicas com outros grupos organizados na sociedade" (Câmara, 1998:21). O que diferencia o uso desta expressão é o fato de se procurar, por meio dela, desvincular "a abordagem sobre relações sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo da necessidade de busca de uma origem, mesmo que haja

ria ser assim caracterizada devido a uma segmentação bem definida de seu público, *SuiGeneris* parece propor, a priori, uma interlocução não restritiva, no que tange à orientação sexual do público leitor. Mas isto não significa que não seja omissa em determinadas questões, fato que pode permitir questionamentos sobre sua eficácia enquanto veículo de comunicação a serviço de um grupo.

Para verificarmos o grau de acessibilidade que a revista proporciona aos leitores em relação às questões que aborda, assumimos que todo enunciador tem a expectativa de que seu texto tenha destinatário, que ele circule, seja recebido e compreendido pelos leitores. Para que a compreensão se efetive com o maior sucesso possível, alguns fatores devem ser considerados, como: o conhecimento partilhado entre produtor e receptor; o grau de informatividade (previsibilidade das informações); as relações intertextuais que dão sentido ao texto; e o uso de termos “técnicos” específicos a um determinado domínio.

A caracterização do público leitor, a partir da observação desses fatores, parece-nos, em conjunto com outras questões, importante elemento de caracterização da própria revista. Ao “medirmos” sua efi-

uma constante atualização nos campos médicos, religioso e jurídico” (Câmara, 1998:22), uma vez que “ao ser utilizada a expressão orientação sexual o enfoque prioritário não é o que explica sua existência, mas que tipo de relações são estabelecidas a partir daí” (Câmara, 1998:22). Ao adotarmos a expressão estamos considerando, antes de mais nada, que “a orientação sexual consolida o momento da discussão sobre os direitos individuais no interior do movimento e a criação de um lugar simbólico para a expressão pública e das relações entre pessoas do mesmo sexo” (Câmara, 1998:25). Justificamos, então, que a interlocução, neste trabalho, deve ser vista, a princípio, a partir da ótica da orientação sexual, pois é, supostamente, por esta ótica que as publicações ditas homossexuais diferenciam-se das demais, tanto no que diz respeito ao público estabelecido quanto aos assuntos tratados e às maneiras de tratar esses assuntos (assim como as discussões propostas por revistas dirigidas às mulheres, por exemplo, partem de questões relacionadas a gênero, e as discussões propostas por revistas dirigidas aos negros partem da ótica racial). A orientação sexual vai caracterizar, então, o elemento diferencial deste tipo de publicação que pretendemos caracterizar. Acreditamos que se *SuiGeneris* se diferencia de outros tipos de publicação, isso se deve, em grande parte, à questão da orientação sexual. Pretendemos observar como a revista determina (e se posiciona frente a) seu público tanto de orientação homossexual quanto de orientação heterossexual.

ciência no que tange a não se fechar num grupo específico de leitores, podemos verificar sua posição em relação à visibilidade reivindicada.

Observaremos como a revista está lidando com a possibilidade de existência de um público leitor genérico, que inclui, além do homossexual masculino assumido, o heterossexual, a homossexual feminina, os homossexuais não assumidos e os homossexuais não militantes, os quais dependem de algumas explicitações para compreenderem o discurso homossexual.

Partiremos do que convencionamos chamar de *relação de inclusão/exclusão do público leitor*. Para tal, selecionamos algumas questões referentes à homossexualidade – preferencialmente relativas a discussões mais correntes (que interessem ao público de uma maneira geral) – e procuramos observar estas questões a partir de parâmetros lingüístico-discursivos de análise que auxiliam na verificação da inclusão ou exclusão de determinados tipos de leitores. Destes parâmetros, selecionamos para discussão, neste artigo, os seguintes:

a) *escolha lexical*. Trata-se de marcas mais óbvias que apontam inclusão ou exclusão de determinados grupos no público leitor, por exemplo, mediante a criação de um efeito de adjetivação.

b) *uso de termos mais específicos*. Corresponde à recorrência a termos característicos de certo domínio ou grupo – e, portanto, não dicionarizáveis em seu sentido corrente –, tal como a utilização de jargão e gírias, o que, muito provavelmente, reduz o número de leitores para os quais a compreensão dos textos acontece de maneira efetiva.

c) *informatividade*. Trata-se do grau de previsibilidade da informação, que também determina inclusão ou exclusão, uma vez que pode caracterizar informações imprevisíveis para aqueles leitores cujas relações não se encontram explicitadas por inteiro.

d) *relações intertextuais*. Segundo este aspecto, o que é citado pelo discurso pressupõe um intertexto mais abrangente ou mais próximo do “código” gay, o que delimita, respectivamente, um público mais amplo (inclusão) ou um público mais restrito (exclusão) de leitores.

Em um primeiro momento, abordamos aspectos da escolha lexical referentes a determinados termos. Observaremos de maneira especial a tendência à adjetivação em expressões como “cultura gay”, “trama lésbica”, “amor homossexual” e “sociedade heterossexual”, nas quais “gay”, “lésbica”, “homossexual”, “heterossexual” adjetivam os substantivos “cultura”, “trama”, “amor” e “sociedade”. Estes últimos deixam de ser genéricos para se restringirem a uma orientação sexual determinada, resultando no que chamamos de *delimitação discursiva de um território*, caracterizada, de início, pela exclusão dos sujeitos não identificados à orientação sexual do elemento que adjetiva. Imaginávamos que detectar este tipo de adjetivação em um enunciado já seria suficiente para caracterizar o estabelecimento de uma relação de exclusão. Ocorreu, porém, de a adjetivação estar funcionando num sentido contrário: ao invés de excluir o grupo não especificado, este efeito, em determinados momentos, funciona para incluir o grupo especificado no lugar discursivo em que, provavelmente, este não era esperado. Assim, estabelecemos dois critérios nos quais nos apoiamos para analisar esta delimitação.

Ao primeiro, que chamamos *adjetivação excludente*, corresponde a *exclusão* de um grupo quando se usa o adjetivo referente à orientação sexual do outro. Este tipo de adjetivação determina, e ao mesmo tempo exclui, o que seria o oposto ao substantivo formado. O segundo critério no qual nos apoiamos refere-se à *adjetivação inclusiva*, que permite a inserção do elemento referente ao adjetivo a um grupo no qual, possivelmente, ele não estaria inserido pelo discurso corrente sobre a homossexualidade.

Para a análise deste aspecto, selecionamos dois grupos de enunciados, assim divididos: (1) – fragmentos da matéria sobre os planos de alguns deputados recém-eleitos, publicada na edição n. 1 de *SuiGeneris*; (2) fragmentos da entrevista com Luiz Paulo Conde, então prefeito do Rio de Janeiro, publicada na edição n. 23. Cada conjunto de enunciados é considerado como um enunciado, ou uma unidade de análise. As expressões que nos interessam para este momento de discussão estão destacadas em itálico e o elemento que indica tipo,

causando efeito de adjetivação, além de destacado em itálico, está sublinhado. Todos os grifos são nossos.

Observemos, primeiramente, os enunciados (1) e (2) abaixo para iniciarmos a discussão a respeito do efeito de adjetivação:

(1) Pela primeira vez na história do Congresso Nacional, um grupo de parlamentares sentará nas poltronas do parlamento com propostas concretas de interesse dos homossexuais.

[...] novas e incômodas propostas passarão a figurar ao lado das questões econômicas e de reforma do Estado. [...] a mais polêmica é a legalização da união entre pessoas do mesmo sexo.

Esse grupo conta com a sexóloga *Marta Suplicy* (PT-SP), o jornalista *Fernando Gabeira* (PV-RJ), a ex-prefeita de Santos, *Telma de Souza* (PT-SP), o deputado *José Fortunatti* (PT-RS), que formam o que podemos chamar de "*bancada gay*", sem que isso indique qualquer preferência sexual. A maioria em primeiro mandato, eles formam o quadro de renovação no Parlamento e estarão interessados em formular propostas para melhorar a vida de brasileiros, até hoje, ignorados pelo estado, como os homossexuais.[...]

[...] Nesse ponto, um tema tabu [...] é a legalização do *casamento gay*. A primeira vez que esse assunto saiu das ruas, atravessou os salões verde e azul do Congresso e entrou pelas portas do plenário *Ulysses Guimarães* causou furor e foi rapidamente expelido pelas bancadas mais conservadoras ou por parlamentares temerosos de sofrerem represálias dos eleitores por apoiarem a proposta. Isso ocorreu em 1988, durante a Assembléia Constituinte [...]

[...] Naquela época, o lobby dos homossexuais, fraco e desorganizado, não conseguiu sequer aprovar na Constituição o artigo condenando a discriminação por orientação homossexual. Nesta legislatura, porém, esses deputados prometem pressionar o Congresso para a legalização da união homossexual não como um tema de interesse restrito de um grupo minoritário, mas como questão de interesse nacional. (Da matéria "Sangue novo no Planalto", n. 1, p. 24)

(2) Prefeito da cidade *mais abertamente gay* do país, o arquiteto Luiz Paulo Conde se define como um tecnolítico [...] (texto de introdução à entrevista).

SUIGENERIS: O Rio tem *rua gay, praia gay*, bares e festas que misturam todo tipo de público, existem quatro agências de turismo especializadas... Na sua opinião, a cidade tem uma *vocação gay*, a exemplo de São Francisco, nos Estados Unidos?

LUIZ PAULO CONDE: O ideal é que na cidade não houvesse segregação, que não se criassem guetos para gays, que o homossexual andasse por toda parte normalmente. Das cidades brasileiras, o Rio de Janeiro é a mais tolerante. A cidade está sempre na vanguarda, sempre avançou nos costumes.[...] Uma cidade que não tem restrição, onde o homossexual tem mais tranqüilidade para viver. [...] Sempre acontecerá de muitas pessoas virem para o Rio, porque o que há menos aqui é intolerância.

SUIGENERIS: Não haverá um investimento [em turismo] segmentado?

LUIZ PAULO CONDE: Eu não acredito. Eu preferiria que a sociedade não segregasse. Na hora que eu faço turismo gay, eu estou fazendo turismo específico. Quando falo em turismo, falo em todo mundo. Eu não acho que segmentar seja positivo. Não fazemos turismo de negros ou de heterossexuais. Vamos fazer turismo e virão juntos homossexuais, heterossexuais, assexuados (risos) que não querem saber de sexo... (Da entrevista "Tecnolítico com vista pro mar", n. 23, p.19)

Em relação aos dois enunciados acima, centremo-nos, num primeiro momento, nas expressões "bancada gay" [destacada em (1)] e "cidade mais abertamente gay" [destacada em (2)]. Os elementos que indicam tipo são "gay" e "mais abertamente gay", e adjetivam, respectivamente, "bancada" e "cidade". Seguindo o raciocínio inicial, segundo o qual o "elemento tipo" caracteriza exclusão, concluiríamos que as expressões formadas determinam um tipo de "bancada" e de "cidade" especificamente gays e que se opõem a qualquer "bancada" ou "cidade" do tipo "não gay". Mas, analisando mais profundamente, e compa-

rando essas expressões com o restante do texto selecionado em relação a cada uma delas, podemos perceber que a relação de exclusão não é tão evidente assim. Percebemos, para além dessa relação, uma outra que, a nosso ver, estaria funcionando antes inclusiva que excludentemente, no que diz respeito ao aspecto da orientação sexual proposto pela adjetivação. Essa relação inclusiva é percebida com a retomada de expressões no texto.

Em relação ao termo “bancada gay” [enunciado (1)], trata-se, realmente, de uma “bancada” peculiar. Mas, esta bancada é “gay” pelas causas que defende e não pela orientação sexual de seus integrantes. O termo “bancada” está retomando (ou é retomado por) expressões e seqüências como: “grupo de parlamentares”, “quadro de renovação no parlamento” e “esses deputados”, “Esse grupo conta com a sexóloga Marta Suplicy (PT-SP), o jornalista Fernando Gabeira (PV-RJ), a ex-prefeita de Santos, Telma de Souza (PT-SP), o deputado José Fortunatti (PT-RS)”. Já o termo “gay” serve para adjetivar, como já dissemos, as causas que esse grupo defende e não seus integrantes em relação à orientação sexual. Essas causas podem ser recuperadas no texto em “propostas concretas de interesse dos homossexuais”, “novas e incômodas propostas”, “a mais polêmica é a legalização da união entre pessoas do mesmo sexo”, “propostas para melhorar a vida de brasileiros, até hoje, ignorados pelo estado, como os homossexuais”, “a legalização do casamento gay”. Insistimos mais uma vez: o que faz essa bancada ser específica não é a orientação sexual dos seus membros, mas suas atitudes (sobretudo no que diz respeito às causas referentes aos direitos dos homossexuais), que diferem das atitudes de “bancadas mais conservadoras” e de “parlamentares temerosos”.

Trata-se, de acordo com nossos critérios, de um exemplo de *adjetivação inclusiva*. Essa “bancada”, pelo que o texto indica, opõe-se às demais por questões que não privilegiam características referentes à orientação sexual. É, sem dúvida, uma bancada diferente das demais e essa diferença está marcada, lingüisticamente, pela adjetivação.

Inclui os homossexuais nas causas apresentadas ao Congresso, mas isso não significa que necessariamente exclui os heterossexuais.

O mesmo ocorre com a expressão “cidade mais abertamente gay” destacada no enunciado (2). Aqui, a relação de exclusão fica mais distanciada graças à modalização do adjetivo “gay”, por meio de “mais abertamente”. Dizer que o Rio de Janeiro é a “cidade mais abertamente gay” não significa classificá-la como uma cidade exclusiva ou predominantemente povoada por pessoas dessa orientação sexual. Isso fica evidente se voltarmos ao enunciado (2) e verificarmos que a expressão se refere à cidade que: “é mais tolerante”, “está sempre na vanguarda”, “avançou nos costumes” e “não tem restrição”. Trata-se de uma adjetivação possível em relação à cidade, mas não exclui adjetivações da mesma cidade referentes à outra orientação sexual. Dizer que é uma cidade onde “os homossexuais tem mais tranqüilidade para viver” está longe de permitir considerar a cidade como gueto homossexual. Isso se torna mais evidente se dermos uma atenção especial ao termo “tolerante”, que especifica um posicionamento da cidade em relação aos homossexuais. Afinal, ser tolerante não quer dizer não ter restrições. Ao contrário, tolerar significa algo como “aceitar apesar de”. Na verdade, a expressão “mais tolerante” pode estar marcando restrição, o que é uma contradição interna do próprio discurso proposto pelo entrevistado. A adjetivação inclui os gays na cidade, mas não exclui os heterossexuais por este motivo. Talvez o efeito fosse outro se a expressão se restringisse a “cidade gay”, caso semelhante aos que analisaremos a seguir.

Esses casos, em que ocorre o que chamamos de *adjetivação excludente*, podem ser observados nas expressões “casamento gay” [destacada em (1)], “rua gay”, “praia gay”, “vocação gay”, “turismo gay” [destacadas em (2)]. Nestas expressões, o termo “gay” corresponde ao elemento que adjetiva os substantivos “casamento”, “rua”, “praia”, “vocação”, “turismo”. Aqui, tratamos dos casos mais comuns, em que a adjetivação cria um efeito de exclusão em relação a outras orientações sexuais, e isto é percebido ao realizarmos, mais uma vez, o “exercício” de retomada dos termos a que estas expressões se referem.

O primeiro exemplo diz respeito à expressão “casamento gay”, extraída do enunciado (1), que, de acordo com nossos critérios, é uma expressão com efeito de *adjetivação excludente*. Ao considerarmos que “casamento gay” se refere a “união entre pessoas do mesmo sexo”, constatamos que exclui os casamentos ou uniões entre pessoas heterossexuais, pois não há como um mesmo “casamento” (ou uma mesma união) acontecer entre homossexuais e heterossexuais ao mesmo tempo. As causas defendidas por uma “bancada” no Congresso podem ser variadas no que diz respeito à orientação sexual das pessoas beneficiadas, mas esta causa específica atende a um público de orientação homossexual também específica. Nenhum casal formado por pessoas de sexo oposto (casadas ou não) poderia obter benefícios diretos desse projeto, se aprovado.

O mesmo ocorre com os termos “rua gay”, “praia gay”, “vocação gay” e “turismo gay”, todos presentes em (2). Aqui também ocorre especificação restritiva (excludente) no que tange à orientação sexual a que o elemento adjetivador se refere. O próprio entrevistado nos mostra o caráter excludente destes termos ao classificar “vocação gay” – que corresponde ao termo que engloba outros como os já citados “rua gay” e “praia gay”, além de “bares e festas que misturam todo tipo de público” e “agências especializadas” – como um aspecto de “segregação” e de estabelecimento de “guetos”. Para uma “vocação” ser “gay”, ela deve reunir uma série de elementos (como os listados acima) ao mesmo tempo que exclui outros elementos com os quais não coexistiria. Trata-se de uma especificação que não abre espaço para inclusão de termos que remetam a aspectos de outra orientação sexual. Da mesma forma, a exclusão acontece em “turismo gay”, também em (2), considerado um turismo “segmentado”, um “turismo específico”. O “turismo” por si só, como podemos entender recorrendo ao enunciado (2), engloba “turismo gay”, mas não se restringe a ele, é de “todo mundo”. Já este último não pode ser ao mesmo tempo para homossexuais e heterossexuais sem deixar de ser “segmentado”, “específico”. Se assim fosse, seria apenas “turismo” e perderia a necessidade de adjetivação.

Nossa discussão pode ser retomada, resumidamente, na tabela a seguir:

GRUPO DE ENUNCIADOS	DJETIVA SEM RESTRINGIR (relação de inclusão)	ADJETIVA RESTRINGINDO (relação de exclusão)
(1)	<i>“bancada gay”</i> (“grupo de parlamentares”, “quadro de renovação no parlamento” e “esses deputados”, “Esse grupo conta com a sexóloga Marta Suplicy (PT-SP), o jornalista Fernando Gabeira (PV-RJ), a ex-prefeita de Santos, Telma de Souza (PT-SP), o deputado José Fortunatti (PT-RS)”)	<i>“casamento gay”</i> (“união entre pessoas do mesmo sexo”)
(2)	<i>“cidade mais abertamente gay”</i> (“mais tolerante”, “está sempre na vanguarda”, “avançou nos costumes” e “não tem restrição”)	<i>“rua gay”, “praia gay”, “vocalização gay”, “turismo gay”</i>

Tabela 1 – Expressões referentes ao efeito de adjetivação que constituem delimitação discursiva de um território

Em relação aos aspectos que acabamos de discutir, constatamos que a legitimidade que pode ter a delimitação discursiva de um território, enquanto especificação de um espaço social, resulta da delimitação de um território discursivo, pois as adjetivações (excludente e inclusiva) que caracterizam a primeira delimitação são provenientes de marcas lingüísticas, de certa forma, óbvias, porém, sem dúvida, significativas para o todo que constitui o discurso no qual a revista se insere para situar sua enunciação sobre a homossexualidade. Passemos à discussão a respeito da informatividade e das relações intertextuais que constituem o discurso, aspectos que também estão ligados à construção do público leitor.

Afirmamos, há pouco, que todo enunciador tem a expectativa de que seu texto circule entre um maior número possível de leitores.

A circulação será facilitada ou não de acordo com as características lingüísticas (e discursivas, é claro) do texto. O que equivale a dizer que, para circular, o texto tem que ser compreensível para (e compreendido por) um grande número de leitores. E um dos aspectos que está envolvido na adesão ou não dos receptores em relação aos textos é a *informatividade*, sobre a qual iremos discorrer brevemente.

De acordo com Costa Val (1994: 30-1), a “informatividade, capacidade do texto de acrescentar ao conhecimento do receptor informações novas e inesperadas”, ou, melhor dizendo, “capacidade que tem um texto de efetivamente informar seu receptor”, é um dos fatores pragmáticos responsáveis pelo estabelecimento da textualidade.³

Um dos aspectos que estão ligados à informatividade é o conhecimento de mundo partilhado entre produtor e receptor do texto. Nesse sentido, Koch e Travaglia (1989: 60) explicam que “o conhecimento lingüístico [...] é apenas parte do que usamos para interpretar um texto e, portanto, para estabelecer sua coerência. O estabelecimento de sentido de um texto depende em grande parte do conhecimento de mundo dos seus usuários, porque é só este conhecimento que vai permitir a realização de processos cruciais para a compreensão”. Os autores acrescentam que “emissor e receptor têm de ter conhecimentos de mundo com um certo grau de similaridade. Isto vai constituir o conhecimento partilhado que determina a estrutura informacional do texto em termos do que se convencionou chamar de *dado e novo*” (Koch e Travaglia, 1989: 67).

O enunciador – em nosso caso, os produtores textuais da revista – deve imaginar, ao mesmo tempo, um público específico, que tenha conhecimentos específicos, e um público geral, de certa forma “leigo”, que pode não conhecer nada do(s) assunto(s) a ser(em) tratado(s). Para

³ Entendemos por *textualidade* o “conjunto de características que fazem com que o texto seja um texto, e não apenas um seqüência de frases” (Costa Val, 1994:5). Determinam a textualidade: aspectos ligados ao fator conceitual e lingüístico – que formam o material da língua – e aspectos ligados a fatores pragmáticos – que dizem respeito ao processo de interação sociocomunicativa.

atender a leitores provenientes destes dois tipos de públicos (e até de outros possíveis) faz-se necessária uma dosagem entre o grau de previsibilidade e de novidade das informações contidas no texto. Essa dosagem consiste no cuidado que o enunciador deve ter em não oferecer muitas informações específicas sem explicitá-las, para não prejudicar a compreensão por parte do leitor leigo, e, ao mesmo tempo, em não se centrar detalhadamente em informações correntes do público específico, para não entediar o leitor que pertence a este público.

Para Costa Val (1994:14), “um discurso menos previsível é mais informativo, porque a sua recepção, embora mais trabalhosa, resulta mais interessante, mais envolvente. Entretanto, se o texto se mostrar inteiramente inusitado, tenderá a ser rejeitado pelo recebedor, que não conseguirá processá-lo”. Seguindo o raciocínio da autora, baseado em estudos de Beaugrande e Dressler, podemos dizer que tanto informações de elevada previsibilidade quanto de elevada imprevisibilidade resultam em textos não informativos: os primeiros porque, ao não acrescentarem nada, são desprovidos de interesse, e os segundos porque, ao oferecerem informações muito inusitadas, desorientam o leitor. O ideal são os textos que equilibram o “original” e o “novo”, pois “apresentam novidade” (portanto, a priori, não causam desinteresse) “sem provocar estranheza” (e, dessa forma, não desorientam o leitor) (Costa Val, 1994: 31-2).

Discutiremos sobre o grau de informatividade proposto pelo discurso veiculado por *SuiGeneris* a respeito da homossexualidade, a partir de dois aspectos. O primeiro diz respeito ao léxico, mais precisamente, à *recorrência a termos mais específicos do “jargão” homossexual*. Neste sentido, observamos como a revista se relaciona com seu público, ao utilizar termos específicos do vocabulário de um grupo designados para referir a aspectos (direta ou indiretamente) ligados à orientação sexual, para verificarmos como ela trabalha, lingüística e discursivamente, a explicação destes termos, não dicionarizados em seus sentidos correntes, àqueles que não têm familiaridade com eles. Outro aspecto que privilegiaremos na discussão sobre a informativi-

dade é a maneira como as *informações a respeito de assuntos relativos à homossexualidade* são acrescentadas ou explicitadas nos textos. Trata-se de informações expostas na forma de dados numéricos ou históricos, por exemplo. Tentaremos detectar como a revista trabalha com essas informações para atingir tanto aqueles leitores que conhecem muito pouco sobre assuntos homossexuais, quanto aqueles que estão por dentro desses assuntos.

As questões ligadas à informatividade, cujas análises iremos discutir a seguir, também refletem a *relação de inclusão ou exclusão do público leitor*. Se um texto é muito informativo (dotado de alto grau de imprevisibilidade) ou pouco informativo (sem nenhuma novidade para o leitor), há um movimento de *exclusão*, no primeiro caso, do leitor “leigo” e, no segundo, do leitor específico. Já um texto com informatividade dosada, baseado no equilíbrio entre a quantidade de informações novas e dadas, promove a *inclusão*, no sentido de adesão do público “leigo” (aquele que não tem domínio dos termos específicos nem conhecimento sobre as causas homossexuais), e de fidelidade do público previsto (aquele que já tem familiaridade com os termos específicos e com as causas homossexuais).

As relações de inclusão e de exclusão também estão relacionadas com a visibilidade homossexual. Quanto maior for a circulação da revista, maior será o número de pessoas que entrarão em contato com as questões referentes à homossexualidade e, conseqüentemente, maior será a visibilidade do grupo.

Iniciaremos a discussão sobre a informatividade partindo da análise do que convencionamos chamar de termos específicos do jargão homossexual. Trata-se de palavras ou expressões criadas (ou adotadas em sentido diferente do instituído por dicionários) por este grupo para se referir a características ou atitudes referentes a pessoas desta orientação sexual. Algumas palavras já se “cristalizaram” no vocabulário corrente e, de maneira geral, dispensam definições e explicitações mesmo entre os heterossexuais, talvez por sua utilização corrente, por exemplo, nos meios de comunicação em geral. Mas

ainda há uma infinidade de termos, e a cada dia surgem outros, que não circulam com tanta freqüência para fora dos chamados guetos gays. É sobre estes termos que nos centraremos, no intuito de verificar como *SuiGeneris* se posiciona para informar o sentido dessas palavras ou expressões a pessoas que possam ignorar sua existência até que se deparem com elas nos textos da revista. Não estamos, com isso, postulando a existência de algo como uma língua específica do discurso homossexual, e nem de uma língua específica do discurso heterossexual. Concordamos com Maingueneau (1984:86) quando diz que “não há muito sentido em falar do vocabulário de tal ou tal discurso, como se um discurso possuísse um léxico que lhe fosse próprio. De fato, o mais freqüente é que haja explorações semânticas contraditórias das mesmas unidades lexicais por diferentes discursos”. O autor quer dizer que não seriam produtivas análises que se restringissem às palavras por si mesmas. Concordamos com ele, quando pregamos a tese da Análise do Discurso, que Possenti nos lembra, segundo a qual “a palavra produz os efeitos de sentido que produz em decorrência do discurso a que pertence tipicamente” (Possenti, 1995:131). Não há, então, como desconsiderar a prática histórica e social que envolve o emprego de certas palavras ou expressões como componentes do discurso, o que nos remete a “um dos aspectos mais cruciais do problema da significação: a saber, que a significação apresenta-se como tendo a seguinte dupla face: ao mesmo tempo, ela depende dos discursos nos quais aparecem os meios de expressão e em grande parte, é ela que faz serem os discursos o que são” (Possenti, 1995:132).

Interessa-nos observar como o enunciador, ao se apropriar de um léxico específico, marca sua posição e a posição do outro no discurso. Alguns termos precisam ser explicados para o leitor leigo, primeiro, para que os textos não sejam altamente imprevisíveis e, por este motivo, desinteressantes, e, também, para que a posição discursiva do enunciador a respeito destes termos fique marcada de maneira suficiente para que não sejam relacionados a explicações prove-

nientes de outros discursos (e, portanto, de outras posições discursivas). É significativo, para este trabalho, observar como o enunciador se comporta discursivamente com este fato. Um texto constituído de muitos termos específicos sem explicação seria incompreensível para um grande número de leitores, mas a compreensão não estaria de todo facilitada se a cada termo o enunciador interrompesse a enunciação para defini-lo. Uma manobra que torna desnecessário o excesso de definições é a recuperação do sentido pela memória discursiva veiculada pelo texto. Nessas discussões que suscitaremos, veremos como os textos trabalham esta questão da informatividade.

Selecionamos, para este momento de análise, conjuntos de enunciados que explicam por definições (ou retomadas), de certa forma explícitas, os termos nos quais se centram, e conjuntos de enunciados que representam textos marcados pela ausência de definições diretas dos termos abordados. Em todos estes enunciados, destacamos em itálico os termos considerados específicos do jargão homossexual.

Observemos (3), a respeito do primeiro tipo de conjuntos de enunciados:

(3) *Bolachas*. Descubra que tipo de lésbica você é. (Chamada de índice da matéria "Que tipo de bolacha você é?", n. 20)

No mundinho das lésbicas modernas existem, basicamente, quatro espécies distintas de mulheres: a *bolacha fina* (ou lesbian chic, como gosta de ser chamada), a *dyke* (com o clássico comportamento de *caminhoneira*), a *lady* (patricinha versão *bolacha*) e a *típica* (aquela modelo-padrão) [...]

"Você é uma *bolacha fina*. Tem sempre uma frase espirituosa para dizer, usa roupas de grife, salpica perfumes caros pelo corpo e é muito feminina. [...]

[...] uma *lady* [...] é mulherzinha demais, acha que só as outras é que são bolachas e seu sonho é arrumar uma amante rica.

[...] você é uma baita de uma *caminhoneira*, daquelas que usam calça, camisa social e pochete [...] amarrada na cintura.

Sem esquecer a gravata e o colete como acessórios imprescindíveis. [...]

[...] uma *bolacha típica* [...] aquela que só anda com mulheres, acha as *bibas* chatas e chamativas e tira a gata para dançar música lenta na boate. [...] (Da matéria “Que tipo de *bolacha* você é?”, n. 20)

O termo principal para a compreensão do texto do qual extraímos (3) é “bolacha”, cujo sentido pode ser recuperado já nos dois primeiros enunciados. O título da matéria – “Que tipo de *bolacha* você é?” – é repetido no enunciado “descubra que tipo de lésbica você é”, o que indica ao leitor que “bolacha” e “lésbica” funcionam como palavras sinônimas neste contexto. Mas, se as explicitações de sentido parassem por aí, o texto continuaria, de certa forma, incompreensível. Apesar de esclarecido o termo referente ao assunto principal, o leitor leigo compreenderia apenas que “bolacha fina” (ou “lesbian-chic), “dyke” (ou “caminhoneira”), “lady” (ou “patricinha versão bolacha”) e “típica” (ou “modelo-padrão”), são tipos diferentes de “bolacha” ou, melhor, “quatro espécies distintas de mulheres” do “mundinho das lésbicas modernas”. A informatividade estaria comprometida, mesmo que parcialmente.

Mas o texto fornece elementos suficientes para que não resulte num conjunto de informações imprevisíveis. São elementos informativos mais precisos que, além de informarem ao leitor que existem diferentes tipos de lésbicas, informam o que diferencia uma da outra. O texto oferece definições por meio de explicitação de características (principalmente físicas), costumes e comportamentos retratados pelos verbos “ter”, “ser”, “usar” (no sentido de vestir), “achar”. Assim, compreende-se que uma “bolacha fina” é aquela que “tem sempre uma frase espirituosa para dizer, usa roupas de grife, salpica perfumes caros pelo corpo e é muito feminina”, enquanto “dykes”, ou lésbicas “caminhoneiras” correspondem àquelas “que usam calça, camisa social e pochete [...] amarrada na cintura. Sem esquecer a gravata e o colete como acessórios imprescindíveis”. A “lady” é diferente dessas

duas porque “é mulherzinha demais, acha que só as outras é que são bolachas e seu sonho é arrumar uma amante rica”. Já a lésbica “típica” é “aquela que só anda com mulheres, acha as *bibas* chatas e chatativas e tira a gata para dançar música lenta na boate”.

Passemos agora para a discussão de um conjunto de enunciados caracterizado, no que diz respeito ao uso de termos específicos, pela falta de definição (ou retomada) explícita, o que poderia nos levar, num primeiro momento, a detectar problemas de falha na informatividade.

(4) Eddy acaricia a bunda de Stuart e a platéia solta risos nervosos de desaprovação. [...] Apesar de a chamada *queer new wave*, a onda de cinema gay que vem caracterizando esta década, ser uma realidade, a *homofobia* ainda é uma reação freqüente por aqui.[...]

O grande mérito da onda de filmes gays, portanto, é esse: tirar o assunto de guetos e exibir ao mundo uma subcultura cuja proporção e o poder econômico já não podem ser ignorados. Afirmar sua materialidade e, de uma forma ou de outra, provocar reações.

Filmes que, para o público gay, têm um explícito caráter documental, mas que, para platéias *straight*, causam impacto pela estranheza.

Contaminou todos os tipos de platéias através do *camp* (Da matéria “Estranha provocação”, n.1, p.13)

NOITES SEM DORMIR de Claire Denis. Conta a história de um serial killer especializado em velhinhas. Baseado num caso real. O *côté gay* surge num *casal mixed*, que não chega a ser totalmente *butch*, mas que exhibe lá seus músculos: um blond; o outro, black.” (Seção de cinema, junto da matéria “Estranha provocação”, n. 1)

Deste conjuntos de enunciados, cujas palavras relativas ao que chamaríamos de vocabulário homossexual estão em destaque, três termos têm o seu sentido explicitado. São eles “queer new wave”, “straight”, “homofobia”. O primeiro destes termos é definido explicita-

mente e significa “onda de filmes gays”. Os sentidos de “homofobia” e de “straigh” não são apresentados com marcas específicas de definição, mas, levando em consideração o todo do texto, não podemos dizer que o enunciador deixa o leitor totalmente alheio a seus significados. O contexto em que estas palavras aparecem permite que sejam definidas, respectivamente, como “reação de desaprovação a manifestações da homossexualidade” e “algo que não é homossexual”.

Já os termos não explicados são “camp”, “côté gay”, “casal mixed”. Estas palavras e expressões, cuja utilização é, de certa forma, atribuída a um grupo mais restrito, aparecem desprovidas de marcas que denotem definição (como introdução de explicação por determinados verbos), e de elementos de sentido recuperáveis explicitamente no texto (tal como observações entre vírgulas ou entre parênteses). Estes fatos, por si só, poderiam levar à conclusão de que os leitores que não tivessem acesso a esse “código” mais específico do grupo homossexual encontrariam um patamar muito alto de informação e, conseqüentemente, a comunicação não se efetivaria. Esse leitores se encontrariam numa posição de *exclusão* do público com o qual a revista dialoga efetivamente.

Mas admitir a exclusão de leitores apenas pela ausência de definições explícitas dos significados dos termos específicos seria admitir que o discurso se fecha sobre si mesmo, quando, na verdade, as relações de sentido presentes num discurso não se restringem à superfície de um texto empírico. Outros elementos, anteriores à produção e recepção efetivas dos textos, funcionam para a produção de sentido.

Podemos até considerar, sem deixar de lado o risco de equívoco, que a produção desses termos específicos seja, de alguma forma, restrita (e atribuída) a um grupo, mas sua circulação, não. Esses termos circulam por outros grupos, principalmente numa época em que se começa a falar mais sobre a (homos)sexualidade. *SuiGeneris*, assim como grande parte das publicações especializadas, não é um “tratado científico” fundado numa linguagem “fechada”. Seu público, no qual

estão incluídos leitores que não se identificam ao grupo homossexual, tem acesso a esses termos em outros lugares (na grande imprensa, na rua, nos bares, por exemplo).

No que diz respeito ao alcance de um público amplo, para a maior circulação das questões ligadas à homossexualidade e, conseqüentemente, para uma maior visibilidade do grupo, acreditamos que a linguagem pode ser um diferencial para caracterizar a revista como especializada, mas não necessariamente para delimitar público leitor.

Observemos agora como *SuiGeneris* se comporta discursivamente no que tange à maneira como informações, sobretudo as referentes a questões da homossexualidade, são apresentadas nos textos. Para tal, consideramos a maneira utilizada pela revista para introduzir elementos referentes à homossexualidade de modo a instaurar a informatividade. Verificar, desta forma, como se dá o trabalho lingüístico (e discursivo) de acrescentar dados que possibilitem a adesão dos “leigos” (aqueles que não têm conhecimento amplo sobre questões ligadas à homossexualidade) sem que sejam repetitivos aos leitores que já tenham certo domínio nesses assuntos.

Neste instante, estaremos centrados em observar, nos enunciados, a presença de *marcas e formas* lingüísticas que marquem certa relevância na informação por elas introduzidas, no sentido de despertar o interesse de leitores pelo desconhecido, porém, não necessariamente incompreensível. Destacamos em negrito as marcas detectadas.

O primeiro enunciado selecionado para a análise deste aspecto, (5), corresponde ao fragmento de uma entrevista realizada com a editora e feminista Rose Maria Muraro, na edição n. 32:

(5) SUIGENERIS: A possibilidade de uma união gay tende a mudar, ser mais estável?

ROSE MARIA MURARO: Acho que sim. Uma *pesquisa feita pela revista Psychology Today*, no número de janeiro, de 1981, era representativa da nação americana. Dizia que *2% de todos os gays tinham ou tiveram mais de mil parceiros; 80% tinham ou tiveram mais de cem; e apenas 2% viviam como casais*. Entre as

lésbicas, nenhuma tinha tido mais de mil; 2% tinha tido mais de cem; 80% viviam como casais. É muito diferente a libido feminina e a masculina, porque a relação gay tende a reproduzir a relação, a psique convencionais do gênero a que ela pertence, polígama e impessoal. Vi lugares nos Estados Unidos, em 77, que tinha bares com portas de madeira com buracos onde o cara enfiava o pênis e transava com uma pessoa de maneira totalmente impessoal. Isto para mim é uma perversão das piores que conheço em matéria de sexualidade. Há uma mudança entre os gays homens, principalmente por causa da Aids, em que se aprofunda o afeto. As mulheres já vivem uma relação de afeto, normalmente. (Da entrevista “Uma rosa pela causa”, n. 32, p.33)

As marcas destes enunciados, que acreditamos serem indicadores de relevância da informação, dizem respeito ao fornecimento de dados numéricos seguidos de exemplificações que podem auxiliar na compreensão pelo leitor. Para explicar o que entende por falta de afeto nos relacionamentos homossexuais masculinos e por que esta falta de afeto diferencia estes relacionamentos dos femininos, o enunciador recorre a dados que indicam a porcentagem dos relacionamentos homossexuais em relação ao número de parceiros: “2% de todos os gays tinham ou tiveram mais de mil parceiros; 80% tinham ou tiveram mais de cem; e apenas 2% viviam como casais. Entre as lésbicas, nenhuma tinha tido mais de mil; 2% tinha tido mais de cem; 80% viviam como casais”. Além disso, cita a fonte dos dados – “pesquisa feita pela revista *Psychology Today*, no número de janeiro, de 1981” – e, desta maneira, legitima uma informação que pode ser checada pelo leitor. Recorre ainda a uma exemplificação, mesmo que baseada em experiência pessoal (“Vi lugares nos Estados Unidos, em 77, que tinha bares com portas de madeira com buracos onde o cara enfiava o pênis e transava com uma pessoa de maneira totalmente impessoal”), caracterizando uma informação, sem dúvidas, elucidativa. Trata-se de um dado que pode interessar (e, principalmente, informar) a qualquer tipo de leitor, esteja ele familiarizado ou não com as questões da homossexualidade.

O próximo enunciado que analisaremos corresponde a um fragmento de um texto, intitulado “Outing hetero a ferro e fogo”, escrito por João Silvério Trevisan, para a edição n. 10:

(6) [...] hoje *as pessoas não sabem que* as primeiras lutas em favor dos homossexuais começaram na Alemanha, ainda no século XIX; e que já no começo do século XX houve vários encontros internacionais de ativistas homossexuais. A patrulhagem contra a homossexualidade resulta tão violenta que cada geração sente-se começando do zero. Hoje, *poucos homossexuais brasileiros ouviram falar* do jornal *Lampião* ou do grupo Somos – existentes até o início da década de 80. A estratégia social do silêncio é tão bem sucedida que até os ativistas julgam-se precursores no Brasil. A “revelação” homossexual não precisaria existir se a hipocrisia social não tivesse, por todos os meios, camuflado o que se considera desvio. Portanto, o que se chama de “denunciar a homossexualidade” é uma questão de reavivar a memória. (Do artigo “Outing hetero a ferro e fogo”, n. 10, p.21)

Em (6), detectamos como marcas de introdução de informação, as seqüências “as pessoas não sabem que” e “poucos homossexuais brasileiros ouviram falar”. A primeira oferece dados sobre a história do surgimento do movimento homossexual. A segunda seqüência se direciona no sentido de atualizar e desfazer equívocos a respeito do pioneirismo do movimento no Brasil. A enunciação das informações sobre o movimento homossexual se justifica no sentido de não estar veiculando dados redundantes e/ou previsíveis, pelas marcas que as introduzem.

Um outro tipo de elemento de informatividade que detectamos no material é a apresentação de informações técnicas sobre determinados assuntos. O enunciado a seguir, no qual abordamos este aspecto, foi extraído da mesma entrevista que mencionamos em relação a (5):

(7) SUIGENERIS: [...] a lei brasileira está a quilômetros de distância da realidade uma vez que não se leva em consideração a psique e o desejo do indivíduo?

ROSE MARIA MURARO: *Não é só a psique, não senhora! Não leva em consideração o físico do indivíduo porque ela [Roberta Close] tem uma doença chamada mosaico. Ela tem 75% dos genes femininos e 25% dos genes masculinos. Ela é homem e mulher ao mesmo tempo, mas é mais mulher do que homem. Ela é uma em cem mil. É muito raro este fenômeno do transexualismo dela. É físico, neurológico e fisiológico, gonadal e tudo. Não tem sêmen nem barba [...]* (Da matéria “Uma rosa pela causa”, n. 32, p.31)

A informação principal consiste em explicitar ao leitor um aspecto que rodeia a vida da modelo e atriz Roberta Close, “a mais famosa transexual brasileira”, uma das primeiras pessoas do país a se submeterem a uma operação para mudança de sexo. O acréscimo de informações se dá, de acordo com nossa análise, em três momentos. A primeira informação consiste em corrigir o entrevistador, chamando atenção para a omissão de um aspecto importante do transexualismo da modelo, cuja ausência poderia levar à perpetuação de uma idéia equivocada. Pode ser recuperada pela seqüência: “Não é só a psique, não senhora! Não leva em consideração o físico do indivíduo”. Constituem o segundo momento da informação: a denominação do problema – “ela tem *uma doença chamada mosaico*” e sua explicação científica – “75% dos genes femininos e 25% dos genes masculinos”, “é homem e mulher ao mesmo tempo”, “é uma em cem mil, é muito raro este fenômeno”. Por fim, no que consideramos o terceiro momento de informação, o enunciador lista as características da “doença mosaico”, reforçando a correção realizada no primeiro momento: “É físico, neurológico e fisiológico, gonadal e tudo”. Este exemplo de definição difere das que ocorrem em relação à explicitação de termos do jargão gay, pois enquanto estes últimos se referem a termos específicos do vocabulário de um grupo, o termo, cuja explicitação acabamos de discutir, corresponde a uma palavra que é específica de um domínio, a saber do discurso científico/médico, mas não de um grupo que o utiliza para marcar sua (relação com determinada) orientação sexual.

O último aspecto referente à informatividade que abordaremos diz respeito à atualização de informações, e pode ser observado no enunciado (8), extraído da entrevista realizada com a sexóloga Marta Suplicy, na edição n. 40:

(8) *O projeto está tramitando no Congresso Nacional. É, portanto, um projeto de lei e como tal foi trabalhado durante estes quatro anos de meu mandato. Ele foi muito discutido e teve excelente repercussão. [...] Continua não sendo um projeto fácil de ser discutido pelo plenário, mas estou tentando, junto às reuniões de negociação dos líderes de bancada para que ele seja incluído na pauta ainda deste mandato. Estamos tentando que isso ocorra ainda na segunda quinzena de novembro. As dificuldades enfrentadas eram de se esperar, pois é um tema que a sociedade ainda tem dificuldade de discutir e enfrentar, já que trata da sexualidade. Mas acredito que avançamos muito durante este período e hoje o Brasil já encontra-se em outro patamar quando falamos nestas questões. Acredito que este é o melhor momento para ele entrar em discussão e em votação. [...] Não acredito que seja fácil a aprovação, mas o trabalho destes quatro anos já acumulou para um resultado positivo. [...] (da entrevista “E a parceria, três milhões de votos depois?”, n. 40, p.25)*

Este enunciado faz parte da resposta de Marta Suplicy à seguinte pergunta: “*Em que posição está o Projeto de parceria civil entre pessoas do mesmo sexo?*”, e visa esclarecer os rumos da votação do projeto de lei, criado pela sexóloga, após o fim de seu mandato como deputada federal. Para situar a posição atual do projeto, o enunciador (no caso, Marta Suplicy, que fala na e em nome da revista) lança mão dos verbos que designam estado: “ser”, “estar” e “continuar”. Assim, informa os leitores sobre a situação do projeto, tira sua responsabilidade por um eventual fracasso e, ainda, justifica a repercussão que teve como resultado positivo, mesmo que não haja aprovação pelo Congresso. Em termos do que foi solicitado, este enunciado segue um movimento de inclusão de um maior número de lei-

tores no público formado, a exemplo do que ocorre com os enunciados de (5) a (7).

Os enunciados de (5) a (7) recorrem a informações provenientes de intertextos próximos ao discurso homossexual. Mesmo que se recorra a outros domínios (ciência, história), predomina a questão da orientação sexual (mais especificamente homossexual) nos assuntos abordados: as relações de gênero entre homossexuais (5), a história do movimento homossexual (6) e o transexualismo (7). Ao tratar destas questões, a revista está centrada em assuntos de um intertexto específico e, por este motivo, poderia se dizer, numa conclusão precipitada, que este fato configura a exclusão do público leitor daqueles que estão distantes do domínio homossexual. Mas esta exclusão não se concretiza se admitirmos que as marcas introdutórias de informação evitam esta delimitação, possibilitando a divulgação e circulação das questões referentes à homossexualidade e, conseqüentemente, o maior alcance de público.⁴

O mesmo parece, à primeira vista, não acontecer em (8). Pelo menos, não de maneira tão óbvia. O enunciado é semelhante aos anteriores por apresentar assunto próximo ao intertexto homossexual e marcas introdutórias de informação sobre este assunto. O enunciado, porém, não oferece elementos suficientes para que o leitor se informe efetivamente sobre qual o objetivo do projeto de parceria civil entre pessoas do mesmo sexo. As únicas referências explícitas que podem ser retomadas a respeito do projeto, no texto todo do qual (8) foi extraído, são: “projeto de parceria civil entre pessoas do mesmo sexo”, “causa homossexual”, “questões gays, entendido dentro da perspectiva dos direitos humanos”, “um tema que a sociedade ainda tem dificuldade

⁴ Essas expressões que chamamos de marcas introdutórias de informação não estão necessariamente introduzindo informações novas aos enunciados. Seria mais preciso se considerássemos que estas marcas (dados numéricos, exemplificação/ilustração, elucidação de informações técnicas e atualização de informações) são, na verdade, uma espécie de recurso retórico para marcar como relevante a informação introduzida, o que não deixa de caracterizar a inclusão do leitor na discussão que propõem.

de discutir e enfrentar, já que trata da sexualidade”. Não há uma definição sobre o projeto; nem mesmo um box explicativo ou uma indicação de pesquisa. Poderíamos dizer, de maneira talvez precipitada, que a pressuposição de que o leitor conhece o projeto mencionado restringe o público efetivamente informado pelo texto referente ao enunciado (8). Mas, se assim fizéssemos, estaríamos caindo, novamente, numa afirmação infundada sobre a exclusão de leitores do público da revista. Não podemos desconsiderar que o sentido depende, entre outros elementos, das relações intertextuais que ocorrem no discurso.

Partimos da definição de Maingueneau (1996:64), segundo a qual “faz-se uma distinção entre *intertextualidade* e *intertexto*: o *intertexto* é o conjunto de fragmentos citados num determinado *corpus*, enquanto a *intertextualidade* é o sistema de regras implícitas que constituem os fundamentos desse *intertexto*, o modo de citação que se julga legítimo na formação discursiva de que depende esse *corpus*”.

Lembremo-nos da hipótese de Pêcheux (1969:79), segundo a qual

a um estado dado das condições de produção corresponde uma estrutura definida dos processos de produção do discurso a partir da língua, o que significa que, se o estado das condições é fixado, o conjunto dos discursos suscetíveis de serem engendrados nessas condições manifesta invariantes semântico-retóricas estáveis no conjunto considerado e que são características do processo de produção colocados em jogo.

Daí concluímos, ainda com Pêcheux (1969:79), que “é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma seqüência lingüística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção”.

O sentido do discurso não é, então, instaurado pelo texto empírico em si. Este remete a outros textos e a outros discursos que também fazem parte das relações que lhe dão sentido. O discurso é uma práti-

ca fundada numa “intrinsicção semântica irreduzível entre aspectos textuais e não textuais” (Maingueneau, 1984:154). Em outras palavras, “é a significância discursiva em seu conjunto que deve ser visada” (Maingueneau, 1984:82).

Propúnhamos, neste artigo, discutir sobre os propósitos do jornalismo especializado, levando em consideração a interlocução estabelecida pela imprensa especializada homossexual. Consideramos, como aspectos determinantes do estabelecimento da interlocução, além do público explícito *para* o qual a revista se dirige, os assuntos *sobre* os quais trata e a maneira *como* aborda tais assuntos. Partimos dos estudos de Indurski (1997) a respeito dos âmbitos da interlocução. A autora mostra que enquanto a interlocução enunciativa estabelece a cena enunciativa da interação, caracterizada por espaço e tempo definidos e interlocutores determinados, a interlocução discursiva (o segundo nível da atividade interlocutiva) se dá na cena discursiva que “não é espacialmente determinada pelo espaço físico em que a alocação está ocorrendo nem pela presença física do interlocutor” (Indurski, 1997:137).

Podemos dizer, então, que a caracterização explícita do público não é o critério que permitirá classificar *SuiGeneris* como uma publicação homossexual. O que permite que ela seja classificada como tal parecem ser as posições que ela assume em relação à homossexualidade enquanto sujeito do discurso da militância homossexual (posições estas ligadas, como vimos, à informatividade e às relações intertextuais que constituem o discurso, entre outros aspectos). Afinal, a atividade discursiva é uma questão de assumir posições. E assumir determinada(s) posição(ões) implica em omitir a existência de outra(s). Ao não restringir seu público de maneira categórica, é possível que suscite discussões cujo alcance extrapole o grupo homossexual de leitores, proporcionando assim maior visibilidade das questões sobre homossexualidade. Dessa forma, são as restrições das abordagens, relacionadas ao *sobre* que assuntos ela trata e ao *como* trata de tais assuntos, que vão determinar que posições ela assume em relação à visibilidade das questões homossexuais.

Podemos concluir, novamente com Indurski (1997:140-1), que “enquanto a cena enunciativa apresenta-se materialmente completa [...] percebe-se que a cena discursiva possui um sujeito do discurso [em nosso caso, o enunciador da homossexualidade] que fala pela voz do locutor [a revista], utiliza o interlocutor [leitor homossexual] como mediador de um destinatário na maior parte das vezes invisível [leitor genérico], o que torna a situação que motiva a interlocução bastante fluida também”. Assim como a revista não pode ser considerada apenas como um veículo de comunicação que se dirige a determinado público, o leitor não pode ser considerado apenas como o indivíduo empírico que a lê. E essas relações só podem ser percebidas quando se leva em conta o nível discursivo (interdiscursivo) da interlocução.

O leitor (seu interlocutor) deve ser considerado como uma posição imaginada e criada pela revista (o que implica em relações ora de *inclusão*, ora de *exclusão* de determinadas posições de leitores em relação ao público em geral). Trata-se de uma espécie de “efeito de referencialização” criado pela revista. Dessa forma, a referência criada como leitor aparece com sentidos diferentes, pois depende de leitores concretos relacionados a posições enunciativo-discursivas distintas.

ABSTRACT: *This paper focus on the discussion about the discursive interlocution proposed by SuiGeneris, a magazine from the specialized homosexual press. We consider the discursive working of this magazine, concerning the sexual orientation referring to the image that is built for the supposed reader. Our aim is to observe when (and how) SuiGeneris is vaster and when (and how) it's more restrictive in its enunciation, concerning its imaginary public. We analyse when the magazine talks to everyone that wants to read about homosexuality and when it talks just to homosexual people.*

KEYWORDS: *specialized press; homosexual discourse; discursive interlocution; informativity.*

Bibliografia

- CÂMARA, C. (1998) *Orientação homossexual*. Rio de Janeiro: Planet Gay Books.
- COSTA VAL, M. da G. (1994) *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- INDURSKI, F. (1997) *A fala dos quartéis e outras vozes*. Campinas/São Paulo: Unicamp.
- KRONKA, G. Z. (2000) *A homossexualidade nas bancas de jornal: a enunciação do "assumir-se" homossexual na imprensa especializada*. Campinas: Unicamp (Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem).
- MAINGUENEAU, D. (1984) *Genèse du discours*. Pierre Mardaga, Editeur. Tradução: Sírio Possenti, mimeo.
- _____. (1996) *Os termos-chave da análise do discurso*. Tradução: Maria Adelaide P. Coelho da Silva. Lisboa: Gradiva, 1997. (Título original: *Les termes clés de l'analyse du discours*).
- PÊCHEUX, M. (1969) "Análise automática do discurso (AAD-69)". In: GADET, F. e HAK, T. (Org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução: Bethania Mariani et al. Campinas/São Paulo: Unicamp, 1990.
- POSSENTI, S. (1995) "A linguagem politicamente correta e a análise do discurso". In: *Revista de Estudos Lingüísticos*. Belo Horizonte, ano 4, v. 2, jul./dez. 1995, p. 125-142.